

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NA
PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE – CE**
*COMMUNITY-BASED TOURISM AND SOCIO-SPATIAL CONFLICTS IN THE
PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE - CE*

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão¹

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar as repercussões territoriais do desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) na Resex Prainha do Canto Verde, comunidade localizada no município de Beberibe, litoral do Estado do Ceará. Esta iniciativa é um dos 50 projetos de TBC apoiados pelo Edital nº 001/2008 do Ministério do Turismo. A análise empreendida considerou algumas dimensões importantes à estruturação da modalidade de turismo aqui discutida, tais como a participação popular, a relação da comunidade com o agente indutor, o modelo de gestão do projeto e os conflitos socioespaciais que surgem com o desenvolvimento do turismo no território. Para tanto, foram realizadas pesquisas de caráter bibliográfico e documental acerca de trabalhos produzidos sobre os 50 projetos de TBC apoiados em 2008, além de pesquisa de campo na Prainha em 2020 e entrevistas semiestruturadas realizadas de forma remota com representantes da Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM) ao longo de 2021. O estudo realizado ajudou a compreender que o TBC é uma forma de assegurar a participação comunitária no processo de construção, operação, gestão e monitoramento da atividade turística em territórios que apresentam vulnerabilidades sociais e econômicas, normalmente caracterizados como comunidades tradicionais.

Palavras-Chave: Turismo de Base Comunitária, conflitos socioespaciais, Prainha do Canto Verde.

Abstract

The present work aimed to analyze the territorial repercussions of the development of Community-Based Tourism (CBT) in Resex Prainha do Canto Verde, a community located in the municipality of Beberibe, coastal Region of Ceará. This initiative is one of the 50 CBT projects supported by Edict No. 001/2008 of the Ministry of Tourism. The analysis undertaken considered some important dimensions to the structuring of the tourism modality discussed here, such as popular participation, the relationship of the community with the inducing agent, the project management model and the socio-spatial conflicts that arise with the development of tourism in the territory. To this end, bibliographic and documentary research was carried out on works produced on the 50 CBT projects supported in 2008, in addition to field research at Prainha in 2020 and semi-structured interviews conducted remotely with representatives of the Cearense Community Tourism Network (TUCUM) throughout 2021. The study helped to understand that the TBC is a way to ensure community participation in the process of construction, operation, management and monitoring of tourism activity in territories that present social and economic vulnerabilities, usually characterized as traditional communities.

Keywords: *Community-Based Tourism, socio-spatial conflicts, Prainha do Canto Verde.*

¹ Bacharel em Turismo, Mestre em Desenvolvimento Local pela UFRPE e Doutor em Desenvolvimento Urbano pela UFPE, 2017. E-mail: turismo.joao@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) surgiram no Brasil na década de 1990 nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Ceará. Começaram de forma independente, sem apoio governamental, contando com a mobilização das capacidades e energias endógenas de comunidades tradicionais que viram no turismo uma oportunidade de melhoria de vida. A partir de 2003, a modalidade entra timidamente nas ações da Política Nacional de Turismo como uma possibilidade de incluir grupos sociais mais vulneráveis e gerar trabalho e renda para populações mais pobres.

Anos depois, o TBC recebe maior destaque ao motivar o lançamento de um Edital de apoio financeiro às iniciativas que vinham despontando no país. O chamamento público foi realizado em 2008, por meio do Ministério do Turismo (MTur), e aportou mais de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) distribuídos entre os 50 projetos aprovados.

No Brasil essa forma de turismo tem sido encarada como uma saída aos problemas sociais que acometem as populações de regiões mais carentes e que possuem pouco espaço nos circuitos turísticos hegemônicos. Na Região Nordeste, por exemplo, o discurso do turismo como redutor de desigualdades ou promotor de inclusão social tem sido uma estratégia constante das políticas públicas implementadas nos últimos anos como forma de legitimar o modelo de desenvolvimento da atividade no País, ainda concentrador e excludente.

Segundo o MTur (p. 01, 2008), o TBC é “um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística”. Já Silva, Ramiro e Teixeira (p. 362, 2009), afirmam que o TBC é um modelo alternativo de desenvolvimento turístico “baseado na autogestão, no associativismo/ cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais”

Com base nessas definições, o presente trabalho entende que o TBC deve ser encarado como um modelo de desenvolvimento e gestão do turismo na escala local. Nesse modelo é importante que diferentes atores (indivíduos ou organizações sociais) participem da atividade, desde o planejamento até a gestão das ações relacionadas ao turismo, a fim de que os seus interesses possam ser contemplados por meio do desenvolvimento turístico do lugar. Trata-se de um indicador que precisa ser constantemente aferido nas comunidades brasileiras que receberam recursos para o desenvolvimento do TBC.

Diante do exposto, este trabalho pretendeu analisar as repercussões territoriais do desenvolvimento do TBC na Resex Prainha do Canto Verde, comunidade localizada no município de Beberibe, litoral do Estado do Ceará. Esta análise considerou algumas dimensões importantes à estruturação da modalidade de turismo aqui discutida, tais como a participação popular, a relação da comunidade com o agente indutor, o modelo de gestão do projeto e os conflitos socioespaciais que surgem com o desenvolvimento do turismo no território.

A Prainha se destaca pela preservação do modo de vida simples de seus habitantes (cerca de 1.200 pessoas), pela pesca artesanal e pela paisagem natural preservada. A maioria da sua população se envolve direta ou indiretamente com a atividade turística. É possível encontrar empreendedores locais do ramo de hospedagem, gastronomia e passeios turísticos, além de pessoas que trabalham em estabelecimentos comerciais que atendem moradores e turistas. A principal atividade econômica local ainda é a pesca, porém o turismo já representa uma parte significativa da renda dessas famílias. Em 2009, por decreto federal, foi elevada à condição de Reserva Extrativista depois de um longo período de lutas pelo direito à terra.

2 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E DE COLETA DE DADOS

A natureza da pesquisa é predominantemente ontológica, pois considera a interação sujeito-objeto como abordagem norteadora para a sua construção. Isso porque a realidade social é produzida a partir das relações estabelecidas entre as pessoas e o contexto social que as regem, ou seja, a realidade é intersubjetiva, percebida em uma instância coletiva (SACCOL, 2009). Por essa razão, foram estabelecidas as bases da investigação considerando que a percepção do fenômeno a ser estudado, ou seja, o processo de implementação das iniciativas de TBC apoiadas pelo MTur em 2008, seria alcançada por meio da interação com os representantes desses projetos que, por sua vez, possuem vivência prática na implementação, na gestão territorial e no diálogo local e institucional que desencadeou o desenvolvimento desta atividade.

Nesta fase foi realizado um levantamento bibliográfico e documental em artigos científicos, teses e dissertações no Portal Periódicos e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de consulta a publicações técnicas e promocionais do MTur sobre os 50 projetos de TBC. A intenção foi identificar e discutir aspectos fundamentais ao conceito dessa modalidade, como participação popular, perfil do agente indutor e o modelo de gestão territorial.

O trabalho também recorreu à etnografia para possibilitar a realização de uma pesquisa de campo na Prainha do Canto Verde. O propósito desta técnica de coleta de dados é a imersão nas vivências e visões de mundo de um determinado grupo de pessoas, capturando os conhecimentos incorporados aos sujeitos pertencentes a uma comunidade, seus modos de pensar, viver e criar (MATTOS & CASTRO, 2011). A pesquisa de campo durou 10 dias, ocorreu entre 27 de Janeiro e 5 de Fevereiro de 2020 e teve o suporte da coordenação executiva da Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), que ajudou na mobilização de entrevistados e acompanhou o pesquisador durante algumas atividades de observação realizadas no território.

Durante a estada na comunidade foram ouvidos diversos indivíduos que atuam direta e indiretamente com as atividades de turismo desenvolvidas no local, cuja escuta foi conduzida através da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos integrantes da coordenação executiva e fundadores da iniciativa e de entrevistas não estruturadas aos demais sujeitos que demonstraram disponibilidade e potencial de discorrer sobre as questões pesquisadas.

Todas as observações foram armazenadas em um diário de campo virtual, instrumento utilizado pelo pesquisador para registro de suas atividades na Prainha. Trata-se de uma técnica que possui diferentes especificidades a serviço dos etnógrafos e que auxiliou o pesquisador na sistematização das informações coletadas e suas nuances. Segundo Brazão (2011), esse instrumento pode ser usado como método de coleta de dados, de descrição dos processos e estratégias da própria pesquisa e análise das implicações subjetivas do pesquisador. Para tornar o processo prático e ágil e capturar o maior número de observações possível, os registros foram feitos no gravador de áudio do aparelho celular, salvos em pasta do Google Drive e posteriormente transcritos. Ao todo, foram captadas 5 horas e 43 minutos de áudios referentes às entrevistas.

Todavia, foi necessário o agendamento de novas entrevistas com os representantes dessa iniciativa, agora em formato remoto, para a consolidação do estudo aqui proposto. Assim, nos meses de março e julho de 2021, a coordenadora executiva da TUCUM, Beatriz Goes, foi entrevistada novamente. Além dela, o senhor José Roberto, pai de Beatriz e fundador da iniciativa de TBC no território, também foi entrevistado nesse período, perfazendo assim mais 2 horas e 28 minutos de áudio e imagem captados.

3 ANTECEDENTES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL

Uma das prioridades estabelecidas pelas políticas públicas federais de turismo implementadas durante a primeira década dos anos 2000 foi a inserção das populações mais pobres nas oportunidades geradas pela atividade. Uma inclusão que não se limitasse à oferta de trabalho em grandes empreendimentos turísticos ou na geração de ocupações informais nas áreas de grande fluxo do País. As populações mais vulneráveis deveriam ter a oportunidade de desenvolver iniciativas próprias que levassem à constituição de uma cadeia produtiva popular, mas organizada e qualificada.

De acordo com Silva, Ramiro & Teixeira (2009), essa premissa pautou as discussões sobre o TBC no âmbito do Governo Federal naquele período ao ser provocado por iniciativas pioneiras no Brasil formadas por comunidades tradicionais que pretendiam diminuir a exploração operada pelo turismo convencional e construir um protagonismo que as conduzisse a alcançar melhorias significativas na vida de suas populações.

Foi então que, durante o 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, realizado em 2007, se discutiu as possibilidades do TBC com a presença de técnicos do MTur, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente, como também representantes das seguintes iniciativas brasileiras: Acolhida na Colônia (SC), uma associação fundada em 1999 nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina que reúne inúmeras propriedades de agricultores familiares que oferecem serviços de alimentação, hospedagem e passeios de turismo rural; Projeto Bagagem (SP), ONG que surgiu em 2002 com o objetivo de promover visitas solidárias em comunidades tradicionais do interior dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; e Fundação Casa Grande (CE), fundada em 1992 com o objetivo de realizar formação social de famílias residentes no Cariri cearense e promover vivências turísticas às comunidades tradicionais da região.

Esse movimento resultou em uma ação do MTur para estimular o surgimento de novas alternativas ao modelo convencional de turismo no País, culminando no lançamento de um edital de chamamento público para a seleção de projetos com vistas a fomentar e apoiar financeiramente as iniciativas de TBC espalhadas pelo Brasil. O edital foi publicado em 2008 e contou com o apoio das organizações envolvidas diretamente com a modalidade, sendo diversas vezes revisto e adequado por meio de consultas públicas e debates empreendidos no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, em 2008, realizado em Fortaleza (BRANDÃO, 2014). Por meio deste edital, o Governo Federal pretendia fomentar as iniciativas existentes organizadas e/ou identificadas como de TBC pelo País, além de apoiar o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território, buscando a qualificação, certificação, apoio à produção associada e o desenvolvimento local/inclusão social (MTur, 2008).

Além disso, o documento destacava que as iniciativas a serem apoiadas deveriam buscar a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MTur, 2008). A justificativa, portanto, concentrou-se no fortalecimento de iniciativas que optaram por uma atividade constituída por redes solidárias e justas, com foco no desenvolvimento local, tomando como exemplo a realidade de alguns países latino-americanos que já vinham estimulando o TBC como alternativa ao turismo convencional.

As experiências de vários países, como o Equador, o Peru e, principalmente, a Rede Tusoco da Bolívia, apontavam a possibilidade de desenvolver a atividade turística a partir de um modelo em que as comunidades locais participam ativamente do planejamento, da execução e do monitoramento das atividades turísticas e, como consequência, geram renda complementar e fortalecimento da cadeia produtiva local (HALLACK, BURGOS & CARNEIRO, 2011).

Houve uma propensão maior a apoiar as iniciativas que já existiam e que visavam o fortalecimento de grupos organizados que já produziam bens e serviços voltados a atender a demanda turística nas suas comunidades. Estavam habilitadas a participar do edital as ONGs, fundações, associações, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e consórcios, além de órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Todas as entidades deveriam demonstrar expertise relativa ao turismo, ao desenvolvimento local e à inclusão social por meio da comprovação de trabalhos anteriores. Para a apreciação das propostas, cada entidade proponente deveria contemplar pelo menos uma linha temática e prever uma solicitação de apoio financeiro entre 100 e 150 mil reais, cujo prazo de execução do projeto não deveria ultrapassar 18 meses.

Como ressaltam Silva, Ramiro & Teixeira (2009), a previsão inicial era o recebimento de cerca de 100 projetos, com a seleção de 10 a 15 para apoio financeiro. Porém, foram recebidos mais de 500 projetos, superando as expectativas do Governo Federal. As regiões Sudeste (34%), Sul (23%) e Nordeste (22%) foram as que mais enviaram propostas, dada a pré-existência de iniciativas com potencial para o desenvolvimento do TBC. Participaram do edital várias entidades do poder público municipal e estadual, além de organizações sem fins lucrativos como ONGs, fundações, instituições de ensino superior, associações, cooperativas e outras entidades comunitárias. Os projetos foram selecionados por uma banca de especialistas, formada por representantes do poder público e de universidades. Para a seleção, foram priorizadas as propostas que apresentavam um recorte territorial bem definido, focando em grupos já organizados para o turismo, com estratégias claras de estímulo à participação da comunidade. Assim, foram escolhidos 50 projetos: 25 para serem formalizados em 2008 e 25 para o ano seguinte

Em setembro de 2008, foi iniciada a formalização dos convênios, celebrados sob as diretrizes do novo marco legal para as transferências voluntárias de recursos da União². Uma das principais inovações dessa alteração na legislação foi a implantação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), com a criação do Portal dos Convênios. O MTur foi um dos primeiros órgãos a adotar os procedimentos para a formalização de convênios no SICONV, o que implicou na imediata qualificação de sua equipe técnica, com participação em eventos e treinamentos para aprender sobre o funcionamento do sistema e repassar as orientações às entidades proponentes.

A decisão do MTur em apoiar o TBC considerou que a gestão da atividade turística deveria estar sob a responsabilidade das comunidades locais, aliado a indicadores que apontavam o sucesso de outras experiências que tinham sido apoiadas pelo órgão antes do lançamento do Edital. Além disso, Hallack, Burgos & Carneiro (p. 11, 2011) alertavam para um interesse crescente da demanda turística internacional por experiências em comunidades tradicionais, onde “pesquisas nacionais e internacionais demonstram o interesse crescente dos turistas pela vivência de experiências com culturas diferentes e ambientes preservados, revelando a potencialidade das iniciativas de turismo comunitário no Brasil”.

Com o aporte do MTur ao TBC, as iniciativas esperavam que o desenvolvimento desta modalidade de turismo viesse proporcionar ganhos substanciais ao território e às pessoas que ali viviam, seja na geração de trabalho e renda, na valorização da cultura local e dos recursos naturais e na melhoria de infraestrutura básica estimulada pelo do fluxo de visitantes nas comunidades. Silva, Ramiro & Teixeira (p. 363, 2009) relatam que “a interação entre a comunidade fortalecida em todos os aspectos da sustentabilidade e os visitantes externos é que pode gerar ganhos de bem-estar para a população local, assim como na experiência do visitante”.

A gestão das transferências dos recursos financeiros do Edital ocorreu no âmbito do Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT) e da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTUR). É

²Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e Portaria nº 127, de 29 de maio de 2008.

importante ressaltar que esse eixo de atuação está alicerçado, como foi enfatizado ao longo dessa pesquisa, às diretrizes do Plano Nacional de Turismo 2007–2010 – *Uma viagem de inclusão*, baseado em um discurso que alia o crescimento do turismo à distribuição de renda e ao desenvolvimento do território e das pessoas.

4 A PRAINHA DO CANTO VERDE: CAMINHOS PERCORRIDOS

A Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde ou simplesmente comunidade da Prainha, como é popularmente conhecida, está localizada no litoral leste do Estado do Ceará, especificamente no município de Beberibe, a 126 km da capital Fortaleza. A área corresponde a 11,54 ha e possui elevado valor econômico, pois está situada entre alguns dos principais destinos turísticos da região.

Assenta-se em uma porção do litoral sobre um campo de dunas, ocupando, em grande parte, afloramentos das antigas falésias e margeada por lagoas e planícies alagáveis. Com uma população de aproximadamente 1.200 habitantes, a Prainha, que registrou o início do seu povoamento em meados do século XIX, tem na pesca artesanal a sua principal atividade econômica e uma história de defesa do direito à terra que já dura mais de 30 anos (MENDONÇA, 2009).

Entre o fim da década de 1970 e início da de 1980, a comunidade iniciou o que viria a ser a sua principal bandeira: a disputa pelo direito à moradia e posse da terra. Isso foi resultado dos primeiros episódios de grilagem e aumento da especulação imobiliária que ocorreram neste período. Os primeiros movimentos organizados pela população local, motivados pelo forte processo de especulação de terras, a crescente crise de degradação ambiental, a falta de oportunidades de emprego e a precariedade dos sistemas de saúde e educação, culminaram com a criação da Associação de Moradores da Prainha no início da década de 1990 (MENDONÇA, 2009).

Alguns anos depois, precisamente no dia 04 de abril de 1993, acontece um marco na história da Prainha, quando 4 pescadores na jangada comunitária chamada S.O.S Sobrevivência iniciaram uma viagem de protesto contra a pesca predatória, a especulação imobiliária, o turismo selvagem e a falta de apoio do governo do Ceará em relação a essas pautas. Sobre esse fato, Scharer (p. 294, 2003) relata que esses pescadores, “com o apoio logístico de duas mulheres da comunidade viajando de carro, chegaram no Rio de Janeiro em um esplendoroso dia de sol, sendo esperados por Dorival Cayimmi, uma multidão de torcedores e a imprensa nacional e internacional”.

Assim como ocorreu em todo litoral nordestino nos anos de 1990, a costa cearense tornou-se supervalorizada em virtude do lazer e do turismo impulsionados pelas políticas públicas federais da época, especialmente o PRODETUR/NE-NE, o que tornou esses destinos alvos de disputas entre investidores e as comunidades tradicionais que tentavam resistir às pressões exercidas pelo mercado turístico e imobiliário (CRUZ, 2001).

Segundo consta no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do litoral leste cearense (GOVERNO DO CEARÁ, 2008) a Prainha foi beneficiada diretamente pelo PRODETUR/NE-NE com a construção da rodovia CE-040 que impulsionou o tráfego de turistas pela região. Por sua localização privilegiada, a comunidade sofre até hoje com as pressões e com os conflitos territoriais que surgiram após anos de especulação imobiliária e pelo interesse de redes nacionais e internacionais de empreendimentos turísticos.

Foi nesse contexto que os moradores locais enxergaram que o turismo, promovido de forma responsável, poderia deixar de ser uma ameaça e se tornar uma oportunidade para chamar a atenção do poder público e disseminar as suas pautas de lutas sociais da comunidade. Diante disso, em 1997 a Associação de Moradores cria um Conselho de Turismo e propõe o “Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde”, fruto de uma pesquisa realizada na própria comunidade, visando conhecer o interesse dos nativos em relação à atividade.

Uma das primeiras ações desta iniciativa foi a realização de visitas técnicas em outros destinos litorâneos da região, como Canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes, a fim de levantar dados sobre o desenvolvimento turístico dessas localidades (FABRINO, 2013). O Projeto de Turismo da Prainha surge com o objetivo de “desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores; preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região” (SCHARER, p. 235, 2003).

O conjunto paisagístico formado pela praia, dunas e coqueirais, somando-se às atividades típicas ligadas à pesca artesanal e ao estilo de vida simples da comunidade, fez com que a Prainha logo obtivesse destaque nacional e fosse alvo de diversas reportagens que evidenciaram o modelo de turismo que estava sendo implementado no local.

Mesmo em um período em que o TBC ainda era pouco conhecido no Brasil, a proposta do projeto de turismo da Prainha mostrava-se alinhada aos princípios dessa modalidade ao estimular a participação comunitária em torno de pautas sociais relevantes para o território. Além disso, foi por meio do turismo que, em 2001, a Associação de Moradores mobilizou diversos debates públicos com os agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a fim de regulamentar o território da Prainha como uma área protegida.

Após diversas negociações, no dia 08 de junho de 2009, foi instituída a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde por meio do Decreto Federal nº 0-002/2009³, em um período em que o TBC já era uma realidade daquele lugar e despertava a atenção de pesquisadores e viajantes. Segundo o Artigo 2º do Decreto, a Resex “tem por objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade [...]”.

Além disso, a criação da Reserva representou a principal medida de combate à pesca predatória e às intervenções imobiliárias irregulares, proibindo construções realizadas por pessoas que não sejam moradores da Prainha, que por sua vez, também não podem negociar a venda ou o aluguel dos seus imóveis sem respeitar as diretrizes federais. Porém, o que parecia ter sido o desejo da maioria dos moradores e uma solução que protegeria a localidade da especulação imobiliária e do turismo predatório, acabou gerando opiniões adversas e conflitos que resultaram na criação de uma associação independente que defende o desenvolvimento do turismo de massa e critica a criação da Resex.

Os conflitos também são percebidos quanto à organização comunitária em torno do turismo, aspecto que sempre foi destaque na comunidade, quando nota-se que nem todos os empreendedores locais que atuam na atividade defendem ou praticam os princípios do TBC. Há aqueles que atuam de forma mais individualizada e apoiam a chegada de empresários externos à comunidade, agentes que têm a intenção de investir em negócios turísticos que possuam um perfil mais hegemônico. Esse fenômeno põe em risco o modo de vida tradicional da comunidade e o direito dessa população de permanecer na terra, principal motivo das históricas lutas travadas pelos nativos desde a ocupação do território.

Apesar desse cenário, a Prainha ainda permanece como uma das principais referências em TBC no Brasil, pois as conquistas relacionadas a essa atividade ocorreram pela soma de esforços da maioria dos moradores, aliada ao apoio das universidades e de instituições do terceiro setor. O poder público, por sua vez, muito pouco tem feito pelo desenvolvimento turístico da comunidade, diferentemente do que se observa nos destinos tradicionais da região, onde as políticas públicas são mais presentes e, conseqüentemente, a interferência do mercado se mostra mais forte.

A organização comunitária da Prainha ainda consegue resistir às verticalidades que pressionam o território e seduzem parte dos moradores a renunciar às conquistas alcançadas com

³Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/dnn/dnn12059.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

a criação da Resex pelo desejo de negociar a posse da terra com os empresários do setor imobiliário e turístico.

Outra contribuição importante que fortaleceu ainda mais as ações de resistência da comunidade e, especialmente a estruturação de uma proposta de TBC, foi a criação da Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM). Lançada oficialmente em 2008 durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável realizado em Fortaleza, por iniciativa da Associação de Moradores da Prainha em parceria com o Instituto Terramar, a TUCUM articulou a organização de outras comunidades cearenses que despontavam para o turismo, assim como havia ocorrido com a Prainha.

O trabalho desenvolvido pela TUCUM compreende o TBC como “uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre as transformações no seu território, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, das estruturas e dos serviços turísticos propostos” (MARTINS, p. 07, 2013). Perspectiva que dialoga com o conceito proposto por Silva, Ramiro e Teixeira (2008) quando afirmam que esta modalidade de turismo deve estimular a autogestão, o associativismo/cooperativismo, a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais.

A Rede TUCUM é formada por representantes de populações indígenas, pescadores/as e agricultores/as que oferecem serviços turísticos de hospedagem, alimentação, trilhas ecológicas e passeios pelo litoral. Atualmente, 14 comunidades integram a TUCUM.

Quanto aos objetivos da TUCUM, a sua cartilha de boas práticas apresenta o seguinte: i) Promover formas de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais (em particular a pesca e a agricultura), dando visibilidade às lutas sociais para reconhecimento das comunidades participantes; ii) Oferecer aos viajantes responsáveis de todo o mundo a oportunidade de conhecer e vivenciar experiências de Turismo Comunitário junto às populações tradicionais (MARTINS, p. 08, 2013).

A TUCUM e o Instituto Terramar, juntos, foram proponentes de um dos 50 projetos apoiados pelo MTur em 2008 e analisado aqui nesta pesquisa, cujo título é *Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e Construindo Sustentabilidade*. O contrato com o MTur aportou ao projeto R\$124.836,00 (cento e vinte e quatro mil oitocentos e trinta e seis reais) e foi assinado em 4 de dezembro de 2008, com tempo de execução de 2 anos.

Segundo o senhor Roberto Goes, morador da Prainha e um dos fundadores da TUCUM, o recurso captado junto ao governo federal, em 2008, foi de “extrema importância para consolidar a Rede como uma das principais articuladoras do turismo comunitário no Brasil, além de possibilitar investimentos em qualificação profissional das comunidades que faziam parte da TUCUM naquela época”.

Todos os aspectos aqui apresentados credenciaram a experiência da Resex Prainha do Canto Verde para receber o processo de avaliação do seu projeto de TBC, que resultou em vários encontros virtuais com a coordenação executiva do projeto ao longo de 2020 e 2021, a fim de validar as impressões do pesquisador e discutir aspectos que não puderam ser captados durante a visita presencial realizada nos primeiros meses de 2020, antes da deflagração da pandemia do Covid-19. O resultado dessa avaliação será apresentado na próxima seção.

5 ASPECTOS DETERMINANTES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PRAINHA DO CANTO VERDE

O agente indutor responsável pela criação da TUCUM e pela candidatura do projeto de TBC da Prainha ao Edital nº 001/2008 do MTur, foi o Instituto Terramar. Fundada em 1993, trata-se de uma organização não governamental sem fins lucrativos, portanto do terceiro setor, cujo objetivo é desenvolver ações de cunho socioambientalista na zona costeira do Ceará (TERRAMAR, 2021). Ganhou notoriedade pela atuação na “garantia de direitos coletivos e

individuais de comunidades tradicionais costeiras do Ceará, em especial os direitos ao meio ambiente, ao território, à diversidade cultural, ao trabalho e ao exercício político” (TERRAMAR, p. 01, 2021).

Apesar de possuir sua sede na cidade de Fortaleza, capital cearense, o Instituto Terramar tem demonstrado atuação direta nos territórios onde os conflitos socioambientais se destacam, especialmente na Prainha, como relata Beatriz Goes:

O Instituto Terramar não atua somente na Prainha. Ele também dá apoio a outras comunidades da Rede TUCUM. Eles nos dão apoio quando a gente precisa de uma mediação de uma assembleia de turismo ou quando a gente pretende fazer algum projeto para o turismo local ou algum evento em que precisamos de assessoria. Então, eles dão esse tipo de apoio e a gente realmente planeja junto com eles antes, dentro do planejamento anual, já definimos quando a gente vai precisar do apoio deles.

Como outras comunidades da região também demandam o apoio deste agente indutor em relação aos seus projetos, sua contribuição para o desenvolvimento do TBC na Prainha ocorre conforme são acionados pela instância de governança local.

Através da criação de um Conselho de Turismo, que reúne os atores locais que mais se relacionam com a atividade turística, a Associação de Moradores da Prainha tem atuado diretamente na gestão do TBC na comunidade e na interlocução com o Instituto Terramar. Esse Conselho é formado por empreendedores do turismo, comerciantes, ambientalistas e outras lideranças comunitárias que exercem o papel de mobilizadores no território.

Segundo Beatriz Goes e José Roberto, a Associação está em dia com as suas obrigações normativas, possui regimento interno constantemente revisado e um funcionamento efetivo na comunidade, pois acolhe e discute pautas que vão além do turismo. Mesmo após a criação da Associação Independente de Moradores da Prainha, em 2009, que possui uma pauta liberal em relação ao direito à terra e critica a regulamentação da Resex, parece não ter abalado a representatividade da entidade mais antiga.

Em conversa informal com diversos moradores durante a pesquisa de campo, percebeu-se que a preocupação com a especulação imobiliária e com a degradação dos recursos naturais locais, lutas históricas da comunidade e que levaram à sua organização em torno da primeira Associação, ainda é um sentimento muito presente no território, apesar das pressões externas e da cooptação de alguns moradores pelo atrativo discurso do mercado imobiliário. Essa questão pode ser identificada na fala de José Roberto:

O maior desafio que a gente tem para enfrentar hoje é a questão da especulação. Eu acho que é o maior desafio que a gente enfrenta hoje porque toda comunidade tem isso e a nossa também, por ser uma reserva, também não é diferente. É um dos maiores desafios além da gente conscientizar aqueles que já tão agregados com a gente, que eles também têm dificuldade e os nossos outros parceiros da comunidade também. Esse é o maior desafio que a gente enfrenta hoje.

A participação em redes, como a TUCUM e a TURISOL, fortalece ainda mais a instância de governança local, pois possibilita conexões com outras realidades brasileiras, gera oportunidade de investimentos e a troca de experiência com territórios que têm enfrentado conflitos semelhantes. Portanto, apesar dos problemas existentes na comunidade atualmente, a instância de governança local tem demonstrado organização e ampla atuação no território no que tange a defesa dos direitos dos moradores e na gestão do TBC, de forma a estimular que esta atividade possa continuar dando maior repercussão às pautas mais tradicionais.

Se a relação entre a iniciativa/projeto com o agente indutor, representado aqui pelo Instituto Terramar, tem ocorrido de forma harmoniosa e importante ao desenvolvimento do TBC na Prainha, o mesmo não tem ocorrido em relação ao poder público, especialmente no âmbito municipal. Segundo Beatriz Goes, todas as gestões que assumiram a Prefeitura de

Beberibe desde a criação do projeto de turismo da Prainha fazem promessas de apoio à comunidade, mas acabam privilegiando os destinos turísticos tradicionais da região:

Toda gestão que muda aqui da prefeitura vem na Prainha de Canto Verde, promete mil coisas de turismo comunitário, mas aí quando a gente vai ver nas redes sociais eles fazem toda uma divulgação de um pacote somente para as falésias de Morro Branco ou de Praia das Fontes, que são locais conhecidos mundialmente, mas não incluem nada de Prainha, nem as outras comunidades vizinhas. Sempre é assim.

Ela ainda confessa que a comunidade sempre esperou um apoio mais expressivo da gestão municipal, pois a experiência da Prainha é reconhecida nacionalmente não só pelo desenvolvimento do TBC, mas também por sua história de lutas pelo direito à terra que inspirou tantas outras comunidades no País. Ela também denuncia o fato de a gestão municipal já ter recebido, há alguns anos, recursos financeiros do governo federal para realizar investimentos da Resex, mas até agora a comunidade aguarda por esses benefícios, como lamentou a entrevistada:

A prefeitura daqui de Beberibe já recebeu recursos, a gente sabe que já recebeu recursos por ter uma reserva extrativista no município e nunca reconheceu isso. A gente nem soube. Soubemos depois que eles receberam esse recurso. E o que fizeram, ninguém sabe. Mas foi muito dinheiro para poder ajudar a Prainha. Eles receberam, mas nunca deram participação, então é complicado.

Já a relação com o Governo Estadual é um pouco mais próxima, segundo Beatriz. Houve um período em que o atual governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, recebeu a coordenação executiva da TUCUM e apoiou a construção de um Projeto de Lei para fortalecimento do TBC na região, que segundo a entrevistada ainda se encontra em situação de análise na Assembleia Legislativa do Estado. Ela complementa, afirmando:

O governador Camilo Santana é bem aberto, ele conhece a realidade da Prainha, alguns deputados também. Inclusive, a gente teve uma conversa com alguns deputados recentemente e eles estão sempre abertos. Muitos deputados já conhecem a Prainha pessoalmente, alguns deles já vieram para o turismo comunitário.

O senhor José Roberto, um dos fundadores da Associação de Moradores da Prainha, também faz questão de enaltecer o olhar do governador, mas pondera que ainda falta uma interlocução mais efetiva entre a TUCUM e a gestão Estadual a fim de atrair ações de fortalecimento das comunidades cearenses:

O governador conhece bastante o litoral, então isso facilita. Mas ainda é uma disputa e eu acho que a gente não está utilizando muito do nosso potencial nessa disputa. Era pra ter sentado com o governador e ter fechado com ele um pacote exclusivamente para fortalecer as comunidades da Rede, mas isso ainda não ocorreu.

Quanto ao governo federal, não há evidências da sua atuação no desenvolvimento do TBC na Prainha desde o aporte dado pelo MTur, ainda durante a gestão do presidente Lula, que também foi responsável pela regulamentação da Resex. Já a gestão do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018, ao contrário do que demandam as áreas protegidas no Brasil, tem dado diversas manifestações de fragilização da política ambiental brasileira, encorajando e favorecendo o acesso do mercado imobiliário a essas áreas, como vem ocorrendo com a Prainha nos últimos anos.

Sobre o nível de participação comunitária, foi identificado que, embora exista um modelo de governança representativo e a existência de pautas sociais que mobilizam a comunidade, o engajamento no TBC atualmente se dá pelo interesse direto dos atores locais em relação às atividades econômicas que constituem esta cadeia produtiva. Segundo Beatriz, muitos nativos

ainda permanecem pouco interessados sobre a questão do turismo, mesmo sendo uma atividade importante para a comunidade há vários anos:

Têm pessoas na comunidade, infelizmente, que não têm essa visão, que não participam de movimentos comunitários. Então eles desconhecem ou conhecem vagamente o turismo comunitário. Nunca tiveram o interesse de se aprofundar no assunto, conhecer melhor e conhecer os benefícios que já trouxe e traz à comunidade até hoje.

Por isso, do planejamento e da gestão comunitária do TBC normalmente costumam participar empreendedores, comerciantes e lideranças que possuem uma relação mais próxima com a atividade. Mesmo considerada uma dimensão importante do ITBC, a participação comunitária precisa ser constantemente estimulada e animada pela instância de governança local, caso contrário pode haver um esfriamento natural em relação ao interesse dos moradores locais pelo assunto. Acreditamos que o surgimento de uma associação independente, mesmo sem a ampla legitimidade do território, pode ter contribuído para dispersar a população da Prainha no que se refere às ações desenvolvidas no âmbito da TUCUM. Ainda assim, a instância de governança local ainda consegue estimular a participação regular dos principais atores da cadeia produtiva do turismo em espaços de discussão, planejamento e gestão da atividade.

Podemos afirmar que o bom nível de participação comunitária dos empreendedores do TBC da Prainha também é resultado do acesso ao mercado que foi conquistado. Sobre essa questão, vários aspectos a favorecem, a começar pela sua localização geográfica privilegiada, tendo outros destinos turísticos importantes do litoral leste cearense localizados em um raio de até 50 km de distância.

Desta forma, a origem dos turistas e visitantes que procuram a Prainha acaba sendo predominantemente regional. Esse aspecto, junto com o número de instituições de ensino técnico e superior que organizam viagens de campo à comunidade ao longo do ano, estabelece uma regularidade semanal do seu fluxo turístico, registrado em maior quantidade nos finais de semana.

Outro aspecto importante é a parceria que alguns empreendedores do TBC, especialmente proprietários de meios de hospedagem, estabeleceram com agências e operadoras tradicionais de turismo. Embora haja uma preocupação da TUCUM e de pesquisadores com a manutenção dos princípios da modalidade que não costumam dialogar com a prática do turismo convencional e de massa, é importante reconhecer que essas parcerias são estratégias positivas de penetração em um mercado que ainda é pouco explorado no cenário nacional. É, portanto, uma forma de diminuir a sazonalidade do fluxo turístico da comunidade e fazer com que turistas com outros perfis possam experimentar produtos e serviços de qualidade em uma comunidade tradicional.

Todavia, Beatriz afirma que essas parcerias não são articuladas pela TUCUM, e sim uma iniciativa de cada empreendedor. Para que a preocupação com a descaracterização da atividade não se concretize, como temem alguns autores, é preciso que a Rede monitore essas parcerias e oriente empreendedores locais a assegurar que os princípios do TBC continuem sendo promovidos, independente do canal de comercialização utilizado.

Tradicionalmente, a comercialização dos serviços de TBC da Prainha ocorre por meio das plataformas digitais da TUCUM, principalmente através do site institucional ou do seu perfil no Instagram. Pelo primeiro canal, o interessado por conferir mais detalhes da iniciativa/projeto, conhecer um histórico das comunidades participantes, acessar publicações e personalizar o roteiro que deseja realizar.

Já pelo Instagram, ferramenta utilizada desde 2016 pela iniciativa/projeto, é possível observar fotos das comunidades que fazem parte da TUCUM e notícias sobre eventos em que elas estão envolvidas. Esse canal também é utilizado para contatos com a coordenação executiva da Rede e para o agendamento de passeios, procedimento esse utilizado pelo pesquisador ao

reservar sua estada, em fevereiro de 2020, para realização da pesquisa de campo. Com a pandemia do Covid-19, notou-se que as redes sociais começaram a ser utilizadas com maior regularidade por diversas iniciativas de TBC, especialmente a que vem sendo avaliada nesta seção, que, por sua vez, registra mais de 50% das suas publicações realizadas desde a deflagração do cenário pandêmico mundial.

Apesar de surgir inicialmente como um mecanismo de defesa e proteção do território contra agentes externos e especulação imobiliária, o TBC na Prainha também foi promovido como alternativa de trabalho e renda, com especial atenção às populações mais vulneráveis, como mulheres e pessoas negras.

Com relação às pessoas ocupadas na atividade, Beatriz afirma que aproximadamente 500 moradores da Prainha estão envolvidos direta ou indiretamente com o TBC, o que representa 40% de sua população local. A entrevistada ressalta que é comum a procura de moradores, que ainda não estão envolvidos com a atividade, para manifestar o seu interesse em fazer parte dessa cadeia produtiva junto à coordenação executiva da TUCUM:

Eles procuram a gente da coordenação e perguntam como é que funciona para fazer parte do turismo, como faz para ter uma pousada, um chalé, ser guia da comunidade. Nós damos todo o suporte, orientamos e falamos dos princípios do projeto.

Contudo, o interesse de novos empreendedores também é discutido no âmbito do Conselho de Turismo da Prainha, que analisa as propostas e valida a entrada ou não desses interessados. Esse procedimento, segundo José Roberto, é utilizado para garantir que o turismo proporcione benefícios coletivos e não apenas individuais, como relata:

As pessoas que querem trabalhar com o turismo comunitário precisam entender que ele não é igual ao turismo que é praticado pelas grandes empresas, porque esse não valoriza os povos tradicionais. Pelo contrário, é um turismo predatório que ajuda a ‘vender’ as nossas terras, nossa moradia. As pessoas que querem investir no turismo comunitário precisam entender que a lógica é diferente, todo mundo precisa ganhar.

Outro aspecto que é abordado junto às pessoas que desejam empreender no TBC é a expectativa sobre o nível de renda gerado pela atividade. Muitos acabam procurando essa alternativa como forma de substituir atividades produtivas que são tradicionais ao território, como é o caso da pesca artesanal, acreditando que o turismo pode gerar rendimentos mais significativos com um esforço menor. Beatriz ressalta que, “se estamos falando de turismo comunitário, é para que esta atividade funcione como um complemento de renda e não como atividade principal”, realidade que ela garante ser cuidadosamente monitorada na Prainha.

Mas, para validar essa informação foi preciso conhecer a realidade de alguns empreendedores locais do TBC. Durante a estada do pesquisador na comunidade, foram realizadas conversas informais com proprietários de pousadas, chalés, restaurantes, estabelecimentos comerciais e condutores de passeios turísticos pela região. Ao todo, foram abordados 12 nativos que estão inseridos de forma direta ou indireta no turismo. Todos confirmaram que o TBC os tem proporcionado uma renda significativa, porém complementar à atividade que eles já desenvolviam na comunidade, a maioria envolvida com a pesca artesanal.

Dessa forma, pode-se afirmar que a iniciativa/projeto resulta numa relevância da renda gerada pelas atividades do TBC, visto que tem proporcionado rendimentos significativos aos indivíduos envolvidos com ela, atuando como uma fonte complementar à renda gerada pelas atividades tradicionais locais que, por sua vez, ainda se mantêm preservadas apesar das constantes ameaças às proteções sociais garantidas pelo decreto que regulamentou a Resex.

Sugere-se que a análise aqui empreendida seja realizada sistematicamente, pois com o tempo podem se estabelecer novos conflitos no território, mudanças no modelo de gestão da iniciativa/projeto, surgimento de políticas públicas, além de ampliação ou diminuição da cadeia produtiva local que podem vir a modificar o nível de estruturação e desenvolvimento do TBC na comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto desta pesquisa foi o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), modalidade nacionalmente difundida em meados de 2008 quando, na oportunidade, o Ministério do Turismo (MTur) lançou um edital de chamamento público para apoiar financeiramente iniciativas brasileiras, foi o nosso instrumento de diálogo com a realidade nacional. Ao todo, foram apoiadas 50 iniciativas/projetos de TBC espalhadas por todas as regiões brasileiras e mais de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) destinados ao desenvolvimento das propostas aprovadas.

Nesse período foi depositada no TBC a esperança de estimular o desenvolvimento econômico de comunidades tradicionais, gerar inclusão social e ajudar a reduzir os níveis de desigualdade historicamente presentes nesses territórios. Era preciso saber até que ponto essa expectativa havia sido cumprida e se, de fato, o TBC contribuiu para melhorar as condições de vida das comunidades que foram beneficiadas pelos projetos apoiados com recursos do governo federal. Entre idas e vindas na literatura sobre o assunto, sobretudo nos trabalhos produzidos nos últimos 12 anos, percebe-se que embora os benefícios que a modalidade pode gerar sempre tenham sido evidenciados pelos autores, nota-se a ausência de um aprofundamento sobre os desdobramentos espaciais produzidos pelo TBC, tampouco sobre os conflitos que permeiam a gestão desses territórios em relação à atividade turística.

A pesquisa de campo realizada na Prainha do Canto Verde ajudou a compreender que o TBC é meio e não fim. Uma forma de assegurar a participação comunitária no processo de construção, operação, gestão e monitoramento da atividade turística em territórios que apresentam vulnerabilidades sociais e econômicas, normalmente caracterizados como comunidades tradicionais. Transferir o controle da atividade para a comunidade não significa, contudo, isolar-se para as possibilidades que podem ser articuladas junto ao Estado e ao mercado.

Quando a participação ocorre de forma sólida no território, espontaneamente ou estimulada por um agente indutor (organizações do terceiro setor, academia ou empresas privadas, por exemplo), a comunidade consegue pautar a relação que se estabelece com o Estado e o mercado, caracterizando uma horizontalidade. Se isso não ocorre, essa relação acaba imprimindo verticalidades que fragmentam ainda mais o território e aumentam a sua vulnerabilidade às intervenções e interesses do mercado global.

É importante ressaltar que a pesquisa aqui desenvolvida pode ser replicada em outras comunidades que apresentam iniciativas de TBC no intuito de aferir o seu nível de maturidade e descortinar os principais conflitos que são produzidos no território e sua relação com a atividade turística ali estimulada.

Diante disso, foram feitas algumas recomendações para que futuros estudos sobre o TBC no Brasil discutam aspectos que não puderam ser contemplados nesta pesquisa, tais como:

- i. Realizar estudos de campo em outras iniciativas/projetos de TBC apoiados pelo Edital do MTur em 2008 a fim incorporar a visão de outros atores locais que participaram ou participam diretamente da atividade;
- ii. Aprofundar-se nas iniciativas/projetos de TBC que não vingaram, revelando e discutindo os aspectos que resultaram no seu insucesso;
- iii. Comparar as iniciativas/projetos apoiadas pelo MTur em 2008 com experiências recentes de TBC no que se refere aos processos de implementação da atividade, modelos de

gestão, conflitos socioespaciais, estratégias de acesso ao mercado e os propósitos que justificaram o seu surgimento;

iv. Abordar a relevância da dimensão ambiental no desenvolvimento do TBC a fim de construir novos indicadores que deem conta desta questão;

v. Avaliar sistematicamente o ITBC para garantir a sua efetividade e, se necessário, rever ou acrescentar indicadores e variáveis de análise que estejam constantemente ajustados à realidade das comunidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G. & BURSZTYN, I. (2009). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

BRANDÃO, J. O. S. (2014). *Turismo de Base Comunitária: ressignificando a concepção de comunidade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Turismo. Brasília-DF.

BRAZÃO, P. (2011). O diário Etnográfico Electrónico, Um instrumento de Investigação: Três Testemunhos, in Fino, C. (org). *Etnografia da Educação* (pp.303-323). Funchal:CIE-UMa.

CRUZ, R. C. A. (2001). *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto.

FABRINO, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

GOVERNO DO CEARÁ. (2008). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Litoral Leste*. PRODETUR/NE. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/PDITS/LITORAL%20LESTE.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

HALLACK, N., BURGOS, B. & CARNEIRO, D. M. R. (2011). Turismo de Base Comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. *Ambientalmente Sustentável*, ano VI, vol. I.

MATOS, C. G. L. & CASTRO, P. A. (2011). *Etnografia e Educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB.

MARTINS, R. (Org.). (2013). *Caderno de Normas da Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário*. Fortaleza: Instituto Terramar.

MENDONÇA, T.C.M. (2009). Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In Bartholo, R., Sansolo, D.G. & Bursztyn, I. (Orgs.). (2009). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

MTUR. Ministério do Turismo. (2019). *Anuário Estatístico do Turismo Brasileiro 2019 Ano base 2018*. Disponível em: <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/381-anuario-estatistico-de-turismo-2019-ano-base-2018/381-anuario-estatistico-de-turismo-2019-ano-base-2018.html>. Acesso em 20 de Agosto de 2019.

_____. (2008). *Chamada Pública MTur nº 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária*. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf. Acesso em: 01 fev. 2017.

SACCOL, A. Z. (2009). Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. *Revista de Administração da UFSM (ReA)*, Santa Maria, v. 2, p. 250-269, maio/ago.

SAMPAIO, C. A. C., COUTINHO, G., & RODRIGUES, L. (2012). Fatores motivacionais do turista comunitário: O caso do projeto bagagem. In *Anais... IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, São Paulo.

SCHÄRER, R. (2003). Turismo sustentável: um estudo de caso sobre uma experiência da comunidade de prainha do Canto Verde no litoral do Ceará. *Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*. Vol. 1 N° 2 págs. 231-242.

SILVA, K., RAMIRO, R. & TEIXEIRA, B. (2009). Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (Orgs.). (2009). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

TERRAMAR, INSTITUTO. (2021). *Sobre Nós*. Disponível em: <http://terramar.org.br/sobre-nos-2/quem-somos/>. Acesso em: 16 ago. 2021.